

O desafio da esquerda: reconciliação com a sociedade e com os movimentos sociais

Leonardo Barbosa e Silva*

Vive-se, desde a eleição de Bolsonaro, um atentado regular à dignidade e à inteligência. O obscurantismo e o ódio dirigem um governo que solapa direitos, afronta e humilha como se coisa comum o fosse. E na ponta ou na margem, a humilhação das filas de emprego ou a afronta da escalada da violência racial, de gênero e de orientação sexual são muito mais gritantes. O atentado compõe-se de uma agenda de costumes e de uma agenda econômica, esta última, profundamente neoliberal, ocupa-se em desmontar o Estado brasileiro em seus órgãos de proteção e promoção social, fiscalização, participação e controle, bem como transferir renda e riqueza aos mais ricos, desmanchando institutos de direitos e realinhando subalternamente o país.

Visto como episódio, este momento perde sua riqueza e conexões. Tomado como processo, ele pode ser descrito como o fechamento de uma vingança adiada em mais de vinte anos: a versão nacional da vingança do capital contra o trabalho. Em suas modalidades internacionais, o grande capital elegeu como inimigos o Welfare State e o keynesianismo, ao iniciar choques liberalizantes a partir do final dos anos 1970. Aqui, em terras brasileiras, na ausência de um Estado de Bem Estar, escolheu-se como alvo a Constituição de 1988, e, no lugar do keynesianismo, o nacional-desenvolvimentismo. Assim foi aberta a temporada de caça à chamada “Era Vargas” (CARDOSO, 1994).

A agenda neoliberal dos anos 1990 incluía um forte projeto de desestatização, com alienação do patrimônio público, e um receituário

* Professor de Ciência Política, Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia

macroeconômico contracionista, exclusivamente preocupado com a estabilidade monetária e a abertura comercial. Assim como um conjunto de reformas, tais como a financeira, previdenciária, trabalhista, tributária e administrativa. Esta última intencionou espelhar procedimentos privados na administração pública, inaugurando figuras como as Organizações Sociais, as Agências, os Contratos de Gestão etc.

Muitos balanços já foram feitos sobre os resultados da primeira jornada neoliberal no Brasil (KREIN, 2003; LAMOUNIER; JÚNIOR, 2002; LESBAUPIN, 1999; NOGUEIRA, 2004; PETRAS; RAMPINELLI; OURIQUES, 1997). Não obstante registrarem transformações importantes capitaneadas pelo governo de então, o saldo foi incompleto na medida em que as resistências sociais obstaculizaram a conclusão do projeto (SILVA, 2003), deixando de pé parte do edifício da “Era Vargas”.

Entre o fim do governo FHC e o Golpe de 2016, a agenda dos anos 1990 compôs o cenário das gestões petistas. Assumindo uma feição ambígua (BARBOSA E SILVA, 2019), ora os governos replicavam-nas trato fiscal, no controle inflacionário e nalgumas reformas (previdenciária). Ora reforçavam o mercado interno (política salarial e de crédito), recompunham a capacidade de ação do Estado e inauguravam políticas importantes no campo identitário. Seu reformismo fraco (SINGER, 2012) preservou pilares erguidos na última década do século XX, mas estancou seu avanço. Mais do que isto, animou estratos médios e abastados contra os ganhos sociais mais evidentes.

Deste modo, o Golpe de 2016, com algumas aproximações possíveis com o Dezoito de Brumário, trouxe à tona uma versão grotesca e enraivecida da agenda dos anos 90, compromissada em vingar-se não só do que restou da “Era Vargas”, como daquilo de mais progressista se ergueu nos mandatos petistas. O grotesco e raivoso se condensou a partir do impedimento, escalou o governo Temer e se consolidou em Bolsonaro. A

fúria da agenda renascida congelou constitucionalmente o orçamento público até 2026, numa versão de ajuste inédita. Também emplacou o desmonte da legislação e da justiça do trabalho. Impôs novas regras para aposentadoria e fez nos retomar os níveis de pobreza extrema a patamares de dez anos atrás (JANNUZZI, 2019). A violência física ou simbólica recebeu o aval do Palácio do Planalto e tende a se materializar em institutos legais (excludente de ilicitude). Para além dos históricos assassinatos de pretos, pobres, mulheres, indígenas e militantes, caminhamos para a oficialização do genocídio. Não sobrarão movimentos sociais sem vítimas fatais. É o justicamento reacionário. Estamos em guerra.

Qual deveria ser o papel da esquerda neste contexto? Há sinais de que o período recente estaria marcado pelo afastamento e deslegitimação das esquerdas em relação à sociedade civil. A presença do antipetismo, síntese de um sentimento antiesquedista confuso, denota a repulsa de fração da sociedade. Dentro da seara progressista, há também quem já não confie, dadas as frustrações, nas velhas agremiações. Caso a hipótese esteja correta, a saída seria a busca pela reconciliação. Como nunca é demais se acautelar das palavras a serem empregadas, vale a pena tomar a expressão com fidelidade etimológica. O concílio, expressão derivada do latim *concilium*, originalmente designa reuniões, assembleias e conselhos, quando transformada em verbo está associada à construção de acordo, de alianças, de paz nas relações e de harmonia. Para partes inconciliadas, agir junto e compatibilizar entendimentos é uma impossibilidade. Ao que tudo indica, as esquerdas brasileiras sofrem duas inconciliações, uma entre elas e outra com uma boa parte da sociedade civil.

Toda esta narrativa do caos deve mobilizar três preocupações para a esquerda brasileira. Primeiramente, exercitar a análise de conjuntura para observando as forças em jogo, seus movimentos e suas potencialidades. A natureza dos ataques e o grau de resistência que se conseguiu opor parece

deixar claro que estamos em franca desvantagem, colocados na defensiva e sem o apoio popular necessário para estancar o avanço inimigo. Movimentos sociais não têm conseguido fazer frente à ofensiva, muito embora seus sinais de vitalidade não possam ser ignorados. O sindicalismo nacional, tão importante nos anos 90 para impedir o avanço das reformas, viu-se incapaz de proteger a CLT. Movimentos do campo e da cidade, sem terra e sem teto, também refluíram significativamente. Sinais vindos dos estudantes indicam alguma capacidade de disputar a narrativa sobre o governo. De outro lado, a burguesia interna, ainda a espera dos resultados econômicos avaliza o empreendimento obscurantista. Já os meios de comunicação aparentam divisões sobre a defesa do governo, oscilando entre a aprovação absoluta e a crítica contida à agenda dos costumes, enquanto aplaude sua versão econômica. A aprovação governamental dá sinais de queda, mas a crítica duela fortemente com um sentimento resistente antiesquerdista normalmente traduzido pela alcunha de antipetismo. A conjuntura tão adversa parece-nos indicar a necessidade de ampliar a unidade e, por isto, a resistência sobre bases igualmente amplas, capazes de resgatar as condições de reorganização da mobilização sindical e social.

Uma segunda preocupação deveria se dirigir para um balanço de sua história recente, contabilizando erros e acertos, dentro e fora do governo, buscando possíveis razões para a debacle vivenciada ou para a própria deslegitimação. Mais importante do que isto, a autocrítica deve ter um papel renovador, pois o campo também se encontra dividido em virtude das ações da própria esquerda quando foi governo. Sentimentos de traição deixaram ressentimentos e a reconciliação com os movimentos sociais vai exigir a autocrítica. Ela deve ser a chave para a retomada da confiança e, ato contínuo, da unidade. Gostaria, portanto, de dedicar algumas linhas à missão do balanço, priorizando a ideia da unidade e enfatizando a trajetória

do Partido dos Trabalhadores. A razão da ênfase encontra-se no fato de ele ser o maior partido político da América Latina e, ao que tudo indica, não parecer razoável que a resistência possa ser feita a despeito dele. Além disto, também ele foi o principal partido nos governos de 2003 a 2016.

Aqui, flexionando bem o campo político, proponho chamar de esquerda uma gama de partidos (Rede, PSB, PDT, PC do B, PT e PSOL) que empunha bandeiras progressistas, ora mais ao centro, ora mais ao polo. Muito embora haja razões para a reunião num mesmo campo político, a unidade não tem sido fácil

Tomando-se por exemplo o PT, pode-se dizer que ele tem uma trajetória pouco solidária em seu campo, pois reitera a prática de comprometer ou sabotar candidaturas próximas, como se deve recordar os casos de Marina Silva, Eduardo Campos e Ciro Gomes. Quando foi governo, não conseguiu sequer levar ao primeiro escalão seus parceiros históricos na proporção que mereciam. Estavam lá com pasta de menor relevo, pois o núcleo estratégico foi quase sempre petista, ou, no ocaso, do mercado. Não se pode imaginar uma unidade forte e duradoura com condutas assim. E como se sabe que elas deixaram ressentimentos ativos, será preciso superá-los.

Outras agremiações do campo também agiram na contramão daquilo que se esperava, como foi o caso do Rede, PC do B, PDT e PSB, afinal seu comportamento subalterno flagrante em relação ao PT e, nalguma medida, satisfeito com a fração que lhe coube, condenou-as em tamanho e tirou-lhes o estofo tão necessário para a conjuntura atual. Mais do que isto, deve-lhes condenar o fato de não terem conseguido em muitas das vezes se diferenciar politicamente do próprio Centrão. Em suas fileiras há uma zona cinzenta por onde passeiam arrivistas bloqueando a consolidação das agendas ambientalistas, trabalhistas ou desenvolvimentistas, importantes para a composição de suas identidades e dos projetos nacionais.

Entretanto, os problemas da esquerda não se esgotam no hegemonismo do PT e a fragilidade de outros. Há também um legado de políticas governamentais que levou ao sacrifício de parte da legitimidade. Há hoje uma flagrante dificuldade de representar, interagir e dirigir frações da sociedade civil que manifestam uma sensação de traição, de ranço antipetista e desencanto com processos políticos. Por que os ouvidos da sociedade não se abrem mais como se abriram anos atrás?

O PT capitaneou três governos e meio com várias incumbências históricas. Fez uso intensivo da bandeira da ética na política nos anos 1990, construindo o discurso do nós e eles. O messianismo inocente cobrou seu preço. O partido se apropriou dos mecanismos ilegais de financiamento de campanha e montou uma máquina de arrecadação. O PT errou, mas não reconhece. Sem esta autocrítica, não compreende que sempre que sua voz se levantar nas tribunas ou nas ruas, será intimidado por adversários sempre prontos a resgatar os escândalos. A direção do partido parece ainda não reconhecer que parte da militância se encontra paralisada porque sobre ela é colada uma pecha resistente e mobilizada para todas as situações de confronto. A pecha deslegitima de forma atroz e desarma a ação. É preciso devolver à militância a segurança de agir. Tirar de suas costas a montanha que carrega. Aliviar para dar liberdade.

Se a ocasião deste texto permite o balanço, avancemos sobre outras paragens que extrapolam os limites do financiamento de campanha. Há outros débitos de governo que ainda ofuscam um legado que merece ser defendido. Lembremo-nos que nossos governos de esquerda retiraram milhões da fome e da pobreza, mas não fomos capazes de oferecer um projeto de desenvolvimento nacional que estancasse a desindustrialização. Aliás, do ponto de vista econômico também devemos destacar a ausência de um norte capaz de duelar interna e externamente com o discurso do livre comércio, do ajuste fiscal e do déficit da previdência. Sabíamos desde o

princípio que o Brasil era (e é) um dos países mais desiguais do mundo e que uma das chaves para superar esta condição era a Reforma Tributária. Nossos governos nunca apostaram seriamente nesta agenda e, por esta razão, nunca agiram profundamente contra as desigualdades sociais. Hoje, defender a Reforma Tributária em outra plataforma eleitoral depende de um ajuste de contas com o passado recente, com a inação.

Algo semelhante ocorre para nosso déficit de democracia. Era absolutamente claro que o país carecia de rever os mecanismos de participação popular, ampliando o controle social sobre o Estado. Sabíamos dos vícios dos processos de financiamento de campanha e das dificuldades para a governabilidade trazidas pelo presidencialismo de coalizão. Não obstante toda a ciência, não pautamos fortemente a reforma política, a não ser quando a Inês era morta, ou seja, quando as manifestações de junho de 2013 já tinham produzido severo estrago. Somente depois das jornadas daquele ano é que Dilma apresentou uma proposta mais arrojada de mudança dos patamares de participação e decisão coletivas. Entretanto não havia mais clima para sua apreciação, pois já estava em movimento o Golpe. Este balanço não será anunciado?

Lembremo-nos igualmente de que resgatamos parcialmente uma dívida histórica com a população negra. Primeiramente foi levado às diretrizes curriculares o conteúdo das relações étnico-raciais por meio das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08. Além disto, foi inaugurada em nível nacional a política de cotas nas universidades. Hoje as Instituições Federais são mais negras e mais populares (FONAPRACE/ANDIFES, 2019). Vários destinos foram alterados, famílias ganharam esperança e sonharam com a mobilidade social. Mas não se deve olvidar que também foi promulgada em 2006 uma lei de drogas que multiplicou o encarceramento e o controle dos corpos pretos pobres, ao permitir que operadores do direito decidam o que

é consumo e o que é tráfico. O desconforto do movimento negro é límpido, mas ainda não se ouve qualquer autocrítica.

Dentre as incumbências históricas que tínhamos, também estava claro que havia a necessidade de enfrentar o passivo de concentração fundiária no campo que, além de privar do trabalho milhões de brasileiros, ainda alimenta a violência e a exclusão social. Nosso governo não foi capaz de alterar a estrutura fundiária e por esta razão o campo ainda é monocultor, excludente, violento e resistente às práticas sustentáveis. Os movimentos sem terra ajudaram a eleger e fazer o governo, porém não viram, ao final, um campo com melhor distribuição de terra. Programas importantes e bem-sucedidos para a agricultura familiar foram deixados como legado e estão sob séria ameaça. A reforma agrária deve voltar para a agenda do país e o comprometimento com ela deve passar, primeiramente, por seu ajuste de contas.

Lembremos ainda da necessidade de virar a página da Ditadura Militar. Há um conjunto de pessoas que entregaram suas vidas à resistência. Foram vítimas de um Estado policial e torturador. Seus algozes continuam livres, alguns nos cargos dos aparelhos repressivos. Para além da memória, há uma prática vigente de afronta aos direitos humanos que não foi superada. A tortura ainda grassa entre instituições policiais. Todo o belíssimo trabalho das Comissões da Anistia e da Verdade deve ser defendido, mas também devemos reconhecer não termos ido às raízes da justiça de transição. Nenhum torturador preso. Nenhum crime apurado. A lei de Anistia sem revisão. Vejamos como a história se vinga hoje de nós e penaliza a sociedade em razão do erro cometido. Nomes de torturados não estariam sendo propagados como heróis nacionais se nós tivéssemos honrado nosso compromisso. Deve ser dito que não foi feito o bastante.

Para o caso do ensino superior, deve-se comemorar as 19 universidades criadas, com seus campi espalhados por rincões que nunca

havam recebido tal equipamento social. Mas reconheçamos que para toda a expansão e democratização do acesso, não fomos capazes nem mesmo de institucionalizar uma política de assistência estudantil. Deixamo-la na condição de política de governo ancorada num frágil decreto, à mercê de uma caneta Bic. Mais do que isto, o crescimento do setor privado reproduziu a lógica pretérita e trouxe ao país uma política de inclusão pelo endividamento.

Poder-se-ia fazer uma sequência de balanços apontando os avanços a serem tomados como patamar para novas conquistas e os recuos a serem diagnosticados e superados. Mas a ideia da reconciliação aqui expressa parece não precisar de mais elementos. É possível que este ajuste de contas sobre estas e outras questões permita reatar a atuação como frente para as esquerdas e o diálogo mais franco e legítimo com a sociedade civil. E aí, de volta à conjuntura, a correlação de forças e a natureza dos ataques não parece indicar que uma frente de esquerda seja suficiente para deter o avanço deste governo. Não parece, igualmente, existir ânimo, quantitativo e qualitativo, nas esquerdas para oferecer solitariamente a contra ofensiva. Sensato parece encontrar numa agenda mínima para reatar o respeito à democracia e a um conjunto de direitos individuais, sociais e políticos. Esta seria a baliza para um acordo amplo de uma frente ampla.

Referências Bibliográficas

BARBOSA E SILVA, L. **O governo Lula e a agenda dos anos 90: ambiguidade na política administrativa**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

CARDOSO, F. H. **Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo** Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Subsecretaria de ..., , 1994. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/discurso-de-despedida-do-senado-federal->

1994/@ @download/file/Discurso%20de%20despedida%20do%20Senado%20Federal%20-%201994.pdf>

FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos da IFES**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 15 abr. 2019.

JANNUZZI, P. DE M. **Estatísticas e suas contribuições para as políticas públicas e pesquisas em Ciências Sociais: os riscos da austeridade fiscal permanente**. Palestra apresentado em XIX Semana de Ciências Sociais (UFU). Uberlândia, 2019.

KREIN, J. D. Balanço da reforma trabalhista do governo FHC. **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos**, v. 90, p. 279–322, 2003.

LAMOUNIER, B.; JÚNIOR, J. R. DE L. F. **A era FHC: um balanço**. [s.l.] Cultura Editores Associados, 2002.

LESBAUPIN, I. **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. [s.l.] Editora Vozes, 1999.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

PETRAS, J.; RAMPINELLI, W.; OURIQUES, N. No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC. **São Paulo: Xamã**, 1997.

SILVA, L. B. E. **O governo Fernando Henrique Cardoso e o fim da “Era Vargas”: acertando as contas com os modelos de Estado e desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado—Araraquara: UNESP, 2003.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. [s.l.] Editora Companhia das Letras, 2012.